

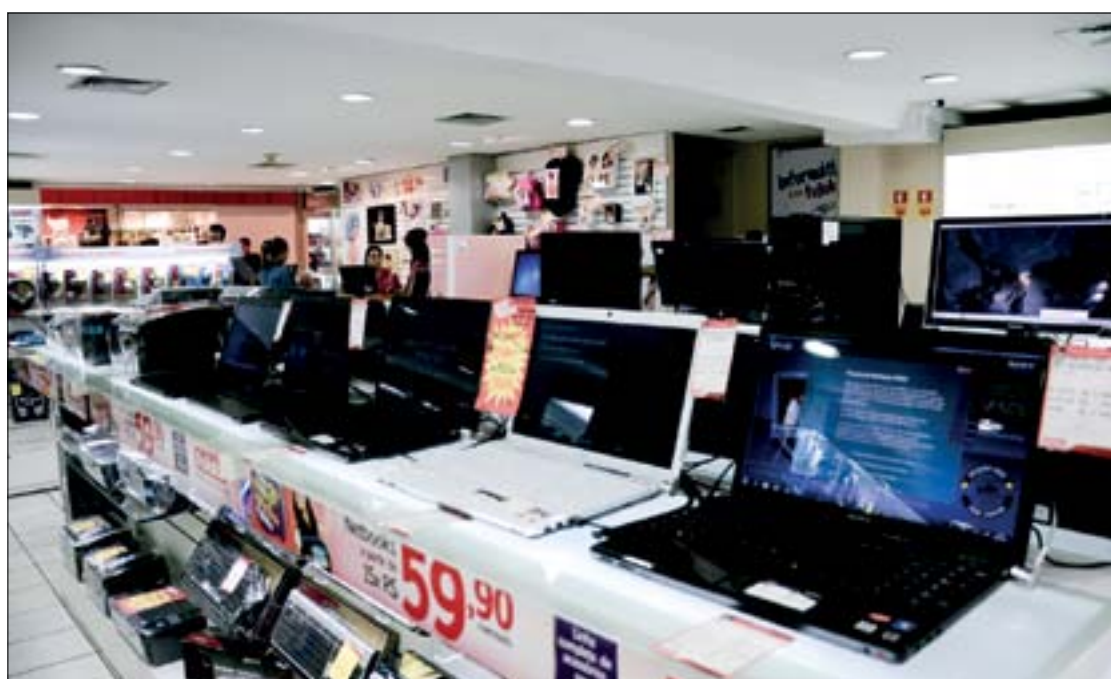


## Atualização do Código do Consumidor começa a tramitar

Comissão de especialistas elaborou proposta de modernização da lei, que é de 1990; eles apresentaram artigos sobre comércio eletrônico e superendividamento

Foram lidos ontem no Plenário do Senado três projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor, de 1990. O primeiro projeto trata do comércio via internet — que inexistia 22 anos atrás. O segundo, do superendividamento do consumidor — problema crescente no Brasil. O terceiro, das ações judiciais coletivas — de modo que as sentenças sejam

dadas com mais rapidez. Os três textos, na forma de anteprojetos, foram elaborados por uma comissão de juristas criada pelo Senado com esse fim. Foram meses de discussões e audiências públicas. Os anteprojetos acabam de ser transformados em projetos de lei e agora tramitarão nas comissões do Senado. Caso aprovados, serão analisados pela Câmara dos Deputados. **4**



Loja de Brasília em promoção: modernização do Código de Defesa do Consumidor combaterá endividamento exagerado

Ann Volpe/Agência Senado

Rogério Santana/Governo do Rio de Janeiro



### Para diretora da ANP, Justiça erra ao suspender Transocean

Em visita ao Senado, a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Magda Chambriard, disse que não encontrou problemas graves que justificassem a suspensão das atividades da Transocean.

A Justiça decidiu nesta semana que, por causa do vazamento de petróleo na Bacia de Campos em novembro, a Transocean e a Chevron têm 30 dias para suspender os trabalhos de extração e transporte de óleo no Brasil. **2**

Vazamento de petróleo no Campo Frade, na Bacia de Campos: Justiça Federal determinou que Transocean e Chevron têm um mês para encerrar suas atividades no Brasil

**Projeto inclui corrupção nos crimes hediondos **3****

**CPI do Cachoeira pode terminar em outubro **3****

### No Congresso, 91 parlamentares são candidatos a prefeito

Concorrerão nas eleições de outubro 86 deputados federais e 5 senadores, de acordo com reportagem da TV Senado. PT, PMDB e PSDB são os partidos com mais candidatos neste ano. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

**Senadores mantêm audiência sobre celular **4****

**Texto muda ação judicial referente a consumo **4****



O presidente do Senado, José Sarney, recebe a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard



Jane de Araújo/Agência Senado

## ANP discorda da suspensão de atividades da Transocean

Justiça ordenou que, após vazamento de petróleo, empresa parasse trabalhos no Brasil; presidente da agência reguladora afirmou no Senado que problemas identificados na Transocean foram apenas "leves"

A DIRETORA-GERAL DA Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, disse ontem no Senado que a ANP não encontrou elemento que justifique a suspensão das atividades da Transocean.

Por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tomada na terça-feira, a Transocean e a Chevron terão 30 dias para suspender as atividades de extração e transporte de petróleo.

A decisão é resultado de uma ação movida pelo Ministério Público Federal após o vazamento de óleo na Bacia de Campos em novembro.

O descumprimento da determinação implica multa diária de R\$ 500 milhões.

— Em relação à Transocean, as não conformidades que encontramos são leves. Não são motivo de descontinuidade das operações da empresa — disse a diretora.

No caso da Chevron, a conclusão da ANP é que o acidente poderia ter sido evitado:

— Nosso ponto de vista é que aquele acidente poderia ser evitado se a empresa tivesse cumprido as normas de segurança operacional da ANP e seu próprio manual de procedimento.

Magda Chambriard esteve no

Senado para uma visita ao presidente da Casa, José Sarney.

Ela ressaltou que a ANP está atuando de maneira "criteriosa" em relação a essas operações para evitar novos acidentes.

Na próxima quinta, a presidente da ANP, cujo mandato de quatro anos termina em novembro, será submetida a uma sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Relatório do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) é favorável à mensagem presidencial pela manutenção de Magda na ANP (MSF 57/12). Se aprovada na CI, a indicação segue para votação no Plenário do Senado.

## Senado tem 5 candidatos a prefeito; Câmara, 86

As eleições municipais, marcadas para outubro, terão 15 mil candidatos na disputa pelas prefeituras. Segundo a TV Senado, o cargo de prefeito atrai cerca de 15% dos

parlamentares que integram o Legislativo federal — são 86 deputados e 5 senadores concorrendo. Dos 27 partidos com representantes no Congresso, 17 têm candidatos. O PT tem o

maior número de candidatos a prefeito, com 12 deputados e 2 senadores. O PMDB vem logo a seguir, com 12 deputados. O PSDB aparece em terceiro, com 10 deputados e 1 senador.

## Eventos comemoram 10 anos do Código Civil

Com uma série de eventos, o Congresso comemorará na quarta-feira os dez anos de lançamento do Código Civil (Lei 10.406/02). A lei disciplina as relações jurídicas no âmbito privado.

Às 10h, no Auditório Nereu Ramos, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados, será realizado seminário sobre a primeira década do Código

Civil. Está prevista a presença do ministro Moreira Alves, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e dos professores de Direito Arruda Alvim, Claudia Lima Marques e Torquato da Silva Castro Jr.

Às 18h, será aberta a exposição *Dez Anos de Código Civil*, no Salão Branco do Congresso Nacional.

No mesmo dia, serão ainda

lançadas edição comemorativa do Código Civil (Edições Câmara) e as obras *Código Civil Brasileiro no Debate Parlamentar* (Edições Câmara), de José Theodoro Mascarenhas Menk, e *Memória Legislativa do Código Civil* (Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal), publicação digital de Edilenice Passos e João Alberto Lima.

## Concurso, Ato Médico e drogas despertam mais interesse on-line

Das 20 reportagens da Agência Senado mais acessadas nos primeiros sete meses deste ano, 12 tratam do concurso lançado pela Casa no fim do ano passado. Somente três, entre as dez primeiras, não se referem ao assunto: a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto que define Ato Médico; a proposta que descriminaliza porte de drogas para consumo pessoal, sugerida pela comissão de juristas que discutiu a

reforma do Código Penal; e a aprovação do projeto que proíbe concursos somente para cadastro de reserva.

Apenas duas das 40 matérias mais lidas em 2012 se referem a pronunciamentos de senadores em Plenário. Na primeira, Paulo Paim (PT-RS) lamenta o reajuste menor para aposentados e pensionistas em 2012. Na outra, Magno Malta (PR-ES) critica o projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/06).

## Congresso bate recorde de visitação em julho ao receber mais de 22 mil pessoas

O período de férias garantiu um recorde de visitação ao Congresso. De 1º a 29 de julho, mais de 22 mil pessoas conheceram as dependências do Senado e da Câmara, superando os 21 mil registrados no mesmo mês do ano passado.

No Programa Visite o Congresso, parceria entre Senado e Câmara, a visitação acontece

todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. Quando o movimento é intenso, o intervalo passa a ser de 15 minutos, como ocorreu no fim de semana dos dias 21 e 22, quando mais de 4 mil visitantes passaram pelo Congresso.



Jonas Pereira/Agência Senado

Turistas visitam o Senado: serviço é gratuito e diário, incluindo feriados

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO: Debates

9h Sem a votação de projetos, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos.

#### PRESIDÊNCIA: Reunião com juristas católicos

17h O presidente do Senado, José Sarney, recebe Ives Gandra Martins, Paulo de Barros Carvalho e Robson Maia, integrantes da União dos Juristas Católicos de São Paulo.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Texto transforma corrupção em crime inafiançável

Está pronto para ser incluído na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Pedro Taques que torna hediondos os crimes de corrupção, concussão, peculato e excesso de exação

UM PROJETO DE lei que transforma em crimes hediondos a corrupção (passiva e ativa), a concussão, o peculato e o excesso de exação contra a administração pública aguarda inclusão na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta é do senador Pedro Taques (PDT-MT) e recebeu parecer favorável do relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A decisão da CCJ terá caráter terminativo (sem necessidade de ir para o Plenário).

A proposta inicial não incluía o peculato e o excesso de exação no rol de crimes considerados hediondos. Uma

emenda do relator os incluiu — o que significa que tais atos não são passíveis de fiança nem anistia.

O projeto (PLS 204/11) também altera o Código Penal e aumenta a pena para essas práticas para no mínimo 4 anos de reclusão.

Quem praticar os crimes de peculato (apropriação de bem público ou particular em razão de cargo público) ou corrupção passiva e ativa poderá ser preso por até 12 anos e receber multa.

Para os crimes de concussão (exigência de vantagem em razão de função pública) e excesso de exação (cobrar tributo indevido), a proposta

prevê até 8 anos de reclusão, além de multa.

Ao justificar o projeto, Taques observou que o Código Penal responde de forma “dura e direta” aos crimes contra a pessoa e o patrimônio individual. No entanto, atenua as penalidades para os delitos contra o patrimônio público.

“Com o desvio de dinheiro público, com a corrupção e suas formas afins de delitos, faltam verbas para a saúde, para a educação, para os presídios, para a sinalização e construção de estradas, para equipar e preparar a polícia, além de outras políticas públicas”, argumenta Taques no texto.



Teixeira (2º à esq.), em sessão da CPI com o governador Marconi Perillo (E)

## CPI do Cachoeira concluirá investigações em outubro, afirma deputado

O vice-presidente da CPI do Cachoeira, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), crê que não será necessário prorrogar os trabalhos da comissão de inquérito.

Teixeira afirmou que as campanhas eleitorais nos municípios não deverão atrapalhar o andamento das investigações, que podem ser finalizadas na época da votação, em outubro.

— O presidente Vital do Rêgo [PMDB-PB] e o relator Odair Cunha [PT-MG] querem concluir os trabalhos no fim de outubro, que coincide com as eleições. Portanto, não dá para esperar. Além disso, a CPI deve continuar com suas reuniões ordinárias às terças e às quartas-feiras.

A CPI tem prazo de 180 dias, que pode ser prorrogado por igual período.

Segundo Paulo Teixeira, o objetivo neste momento é começar a elaborar as conclusões da CPI. A primeira delas diz respeito ao fluxo econômico da organização criminosa de Cachoeira, que movimentou dinheiro por meio tanto de empresas-fantasmas quanto de empresas legais.

O vice-presidente da

CPI disse que outra tarefa é dizer quanto o grupo conseguiu de lucro, quanto ainda há de recursos e quais são os bens envolvidos, para que a Justiça possa recuperá-los.

Ainda segundo Teixeira, outro tema a ser tratado pela comissão é esclarecer quem dos detentores de função pública teve envolvimento efetivo com o grupo criminoso, a fim de que respondam política e judicialmente.

Sobre a sucessão de *habeas corpus* garantindo o silêncio dos depoentes na CPI, o deputado salientou que o trabalho da comissão não se restringe a depoimentos:

— Temos outros meios de prova, como quebras de sigilo, documentos e escutas feitas durante o inquérito. Assim, a CPI já tem muita coisa que estará no relatório de Odair Cunha.

Sobre Andressa Mendonça, mulher de Cachoeira, acusada de tentar chantagear um juiz para beneficiar o marido, Paulo Teixeira lembrou que ela prestará depoimento, na terça-feira, na condição de investigada, e não de testemunha.



Taques, autor do projeto, e o presidente da CCJ, Eunício Oliveira: pena mínima chegaria a 4 anos de reclusão

## Projeto de Suplicy dificulta caixa dois em eleição

Os relatórios sobre o dinheiro arrecadado nas campanhas eleitorais devem ser publicados na internet diariamente, como defende Eduardo Suplicy (PT-SP) em seu novo projeto de lei.

Atualmente, a legislação exige que se divulguem pela rede, antes da eleição, apenas relatórios parciais, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro.

A proposta de Suplicy (PLS 280/12) também obriga a

publicação diária dos nomes dos doadores e dos respectivos valores. Pela regra vigente, só é necessário divulgar nos balanços parciais os recursos arrecadados e os gastos feitos até a data. O nome dos doadores e os respectivos valores ficam para a prestação de contas final, após a eleição.

Suplicy afirma que a popularização da internet permitiu ao cidadão exercer vigilância

sobre os atos dos agentes públicos. No entanto, reclama ousadia na aplicação dos avanços tecnológicos.

O projeto ainda pretende punir com a perda do registro eleitoral o candidato que não tiver suas contas disponibilizadas na internet em tempo real. Para Suplicy, essa seria a única forma de efetivar os objetivos de agilidade e transparência na prestação de contas.

## Sérgio Souza defende financiamento público de campanha eleitoral

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. Ao lembrar o mensalão e o esquema de Carlinhos Cachoeira, que envolveram doações de campanha, o senador apontou a necessidade de mudanças na legislação.

— Os fatos demonstram a necessidade de reformulação integral do sistema de financiamento de campanha.

Para ele, o sistema atual, com doações privadas, cria uma distorção na finalidade do gestor público de trabalhar pelo bem comum. Com o financiamento público, o candidato seria “devedor exclusivo do povo”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Alvaro: julgamento do mensalão por fim à “cultura da impunidade”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que o julgamento do mensalão vire “símbolo da vitória sobre a impunidade no Brasil”.

— Esse importante julgamento pode significar o início do fim dessa cultura de impunidade que provoca indignação na parte decente do país. A expectativa que alimentamos é a de ver a impunidade derrotada, para que se restabeleça a crença dos brasileiros nas instituições públicas.

Para ele, a promiscuidade que se estabeleceu entre as esferas pública e privada no esquema do mensalão foi demonstrada “de maneira cabal” pelas investigações da Polícia Federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Candidatos trocam propostas por ataques pessoais, critica Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que os debates eleitorais estão deixando de tratar dos problemas dos municípios para focar em ataques pessoais.

— Lamentavelmente, as primeiras semanas de campanha têm sido pautadas por ataques baixos, buscando interferir na intimidade dos candidatos e levando o debate para o esgoto da baixaria pessoal.

Randolfe sugeriu que em Macapá os candidatos falem sobre a falta de creches, o grande número de crianças fora da escola, a falta de saneamento básico e a necessidade de valorização dos servidores municipais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Requião comenta decisão do CNJ de aposentar juiz corrupto

Roberto Requião (PMDB-PR) comentou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de aposentar compulsoriamente o desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Edgard Antônio Lippmann, por venda de decisões judiciais, incluindo liminares para reabertura de casas de bingo no Paraná.

Com a decisão, o desembargador receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

— Não sinto prazer em reportar a decisão do CNJ. O que me satisfaz é ver esse conselho que criamos aqui, no Senado, honrando suas atribuições de fiscal do Judiciário.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Propostas incluem na lei de 1990 artigos sobre comércio eletrônico e superendividamento do consumidor; textos foram elaborados por uma comissão de especialistas

# Projetos que atualizam Código do Consumidor começam a tramitar

FORAM LIDOS ONTEM no Plenário os três projetos de lei que atualizam o Código de Defesa do Consumidor, de 1990.

As propostas foram apresentadas aos senadores em março, na forma de anteprojeto, por uma comissão de juristas reunida especialmente para a tarefa, que foi presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin.

Depois de um processo de revisão, a cargo dos próprios juristas, os três projetos foram assinados pelo presidente do Senado, José Sarney.

As propostas atualizam o Código do Consumidor com três pontos: comércio eletrônico, superendividamento e ações coletivas.

O PLS 281/12 cria uma nova seção no Código do Consumidor para tratar de comércio pela internet. As novas regras tratam da divulgação dos dados do fornecedor, da



Sarney (sentado à esq.) com a comissão de juristas durante solenidade em março

proibição de *spams*, do direito de arrependimento da compra e das penas para práticas abusivas contra o consumidor.

O PLS 282/12 disciplina as ações coletivas, assegurando prioridade e agilidade na Justiça, além de garantir eficácia nacional às decisões.

O PLS 283/12 regulamenta o crédito ao consumidor e previne o superendividamento. Entre as medidas propostas no texto, estão a proibição

de promover publicidade de crédito com referência a “crédito gratuito”, “sem juros” e “sem acréscimo”; a exigência de informações claras e completas sobre o serviço ou produto oferecido; a criação da figura do “assédio de consumo”, quando há pressão para que o consumidor contrate o crédito; e a criação da “conciliação”, para estimular a renegociação das dívidas dos consumidores.

## A comissão

Um grupo de especialistas em Direito propôs as mudanças no CDC

► **MINISTRO HERMAN BENJAMIN.** Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2006. Antes, foi membro do Ministério Público de São Paulo.

► **CLAUDIA LIMA MARQUES.** Advogada e coordenadora do Observatório do Crédito do Superendividamento do Consumidor, da Universidade Federal do RS.

► **ADA PELLEGRINI GRINOVER.** Professora de Direito Processual Penal na Universidade de São Paulo (USP) e doutora *honoris causa* pela Universidade de Milão.

► **LEONARDO ROSCOE BESSA.** Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal desde 1991 e titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor.

► **ROBERTO AUGUSTO CASTELLANOS PFEIFFER.** Diretor executivo do Procon de São Paulo e professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

► **KAZUO WATANABE.** Advogado, professor aposentado da Faculdade de Direito da USP e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## Texto prevê multa para atraso em entrega de imóvel

Construtoras e incorporadoras terão de indenizar o consumidor caso não entreguem os imóveis vendidos na data contratada. É o que prevê um projeto do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) que aguarda designação do relator

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 97/12) determina que as empresas indenizem o equivalente a 2% do valor contratado.

Não haverá indenização apenas quando o contrato prever

prazo de tolerância, que não pode ser maior que seis meses.

Se a entrega do imóvel não ocorrer no prazo, além da indenização, o projeto determina multa moratória mensal de 0,5% sobre o valor do imóvel, devidamente atualizado.

De acordo com o texto, o consumidor poderá utilizar o valor da multa para abater em parcelas que vencerem após o prazo previsto para entrega do imóvel ou pedir sua devolução, que deve ser feita em, no máximo, 90 dias após a entrega das chaves ou da assinatura da escritura definitiva.

Na hipótese de o atraso ser superior a seis meses, o consumidor poderá rescindir o contrato e receber restituição atualizada das parcelas pagas.

O senador observa que a indenização para atraso na entrega não é prevista na maioria dos contratos. Quando é prevista, ressaltou, é insuficiente para compensar o transtorno causado ao consumidor.

Liberção de venda de celular não impede realização de audiência, diz Rollemberg

A decisão da Anatel de liberar a comercialização de novas linhas de celular pelas empresas Claro, Oi e TIM não prejudica a realização de audiência pública no Senado sobre os problemas do setor.

A avaliação é de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Para discutir o problema, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou a realização de uma audiência, que será realizada em conjunto com a CMA na próxima quarta-feira.

Na opinião de Rollemberg, a audiência “torna-se agora ainda mais necessária”:

— Vamos querer saber qual foi o plano de investimento apresentado por cada operadora.

Proposta muda regra para ação judicial referente a relações de consumo

O valor das causas aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais pode subir de 40 para 60 salários mínimos. A equiparação com o limite das ações dos juizados federais foi sugerida pelo senador Lobão Filho (PMDB-MA) num projeto (PLS 50/12) que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta também proíbe a apelação a instâncias superiores da Justiça em ações individuais envolvendo relações de consumo inferiores a 60 salários mínimos.

Segundo o relator do projeto, Renan Calheiros (PMDB-AL), 40% dos recursos apresentados aos tribunais de Justiça tratam de ações de consumo em valores inferiores a 40 salários.



Prédio em construção em Brasília: pela proposta de Eduardo Lopes, indenização chegaria a 2% do valor contratado

## Para Cristovam, greve nas federais é “tragédia imensa”



Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou de “tragédia imensa” a greve que mantém as universidades federais paralisadas há três meses. Para ele, reflete o descontentamento crescente de professores e funcionários com o sucateamento do conceito de universidade — instituição que, crê ele, “ficou velha” ante o avanço do conhecimento.

— Até algumas décadas atrás, um médico formado colocava seu diploma na parede e 40 anos depois, médico velho, com aquele diploma poderia continuar o tratamento dos seus doentes. Hoje, a cada seis meses, se o médico não estudar, não tomar conhecimento de novos equipamentos, métodos e remédios, estará sucateado.

## Suplicy: renda básica pode valer em toda a América Latina



Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou sua participação na última reunião do Parlatino, realizada em Curaçao, no final do mês passado. O senador comunicou a designação de uma comissão para elaborar a redação final do projeto que pretende instituir um programa de renda básica para todos os habitantes dos países da América Latina e do Caribe.

A comissão, segundo Suplicy, será composta pelo presidente da Comissão de Economia do Parlatino, o deputado venezuelano Rodrigo Cabezas, e pelos autores dos dois projetos apresentados sobre o assunto, a deputada equatoriana Maria Soledad Velas e o próprio Suplicy. Se for aprovado pelo Parlatino, será submetido aos parlamentos dos 23 países-membros.

## Viana pede redução das taxas dos fundos constitucionais



Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) pediu mudanças nas taxas dos fundos constitucionais. Segundo o senador, com a queda da taxa Selic, os estados ficam desestimulados a utilizar recursos dos fundos constitucionais, já que os bancos passam a oferecer empréstimos com taxas mais baixas.

O senador explicou que a Constituição destinou parte da arrecadação tributária para as regiões mais carentes, por meio dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões por intermédio da oferta de programas de financiamento aos setores produtivos.